

Redação, Administração e Tipografia
ALÇADA DO COMBRO, 38-A, 2º andar
LISBOA - PORTUGAL
TELEFONE 539 TRINIDADE
Oficinas de Impressão e Esteriotipia
RUA DA ATALAIA, 114 e 116
Este jornal não se publica as segundas-
feiras - Não se devolvem os originais - Dos
índigos publicados são responsáveis os seus
autores.

PREÇO 30 CENTAVOS - ANO VIII - N.º 2325

A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ

PORTE-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA



Director: JOSÉ L. SANTOS ARCANHA
Editor: CARLOS MARIA COELHO
Propriedade da CONFEDERAÇÃO
GERAL DO TRABALHO
Aderente à Associação Internacional
dos Trabalhadores
Assinatura: Incluindo o suplemento se-
manal, Lisboa, mês 950; Província, 3 me-
ses 2850; África Portuguesa, 6 meses
6000; Estrangeiro, 6 meses 10200.
PAGAMENTO ADIANTADO

QUINTA FEIRA, 1 DE JULHO DE 1925

I sabre prossegue sua luta inexorável contra a intrepidez

A censura, neste momento, é a tropa de sentença que assedia o pensamento; é o sabre prosseguindo sua velha escaramuça com a pena. É a luta a um país exatamente no momento em que aguarda ansiosamente que se decida interrogatório. Este enigma político que coloca uma floresta de baionetas uma floresta de pontões.

Desde que se deitou as garras à imprensa — o que passou a viver na incerteza e no mistério. Ignora o que se passa e não presume o que acontece a recer que o futuro — é só irá a passar, mas pensa o pior. O que é que a imprensa — é uma mordada contra as suas ideias e uma busca contra os seus interesses. Suspeita — e suspira coisas téticas. Escuta — e diz uma atitude contra a qual nada há a fazer. Nesse dia a imprensa terá liberdade — mas será tarde para salvar aqueles que a censura quere perder.

O que se incompatibilizam com a liberdade só é o crasso erro. O exemplo de Napoléon é flagrante. Quando reconheceu que a censura era um erro já o desistiu lhe tinha traçado.

A censura é um vexame incomportável com a dignidade de quem escreve. O jornalista tem a noção de que sobre o seu cérebro outro instala, tirânico, dominador, a hipocrisia, a recomendar-lhe a cobardia de falso seu pensamento — que está integrado tarde se arrepende do erro...

A censura militar não se limita, com a sua espada, a mutilar-nos o pensamento, tende que o vexame que nos atinge ainda não é completo. A nós não nos cumpre nem o submeter-nos à afronta que nos é infligida. Fomos de nos submeter — como a censura caprichosamente entende. Ela diz-nos, mandam-nos jornais que prejudica e lava, que não podem existir os espaços em branco — nós temos de nos curvar e encher as páginas de fealdades gráficas para que o seu nazismo não se exacerbe. A censura discute ainda a maneira como são preenchidos os espaços em branco e dita novas regras: as substituições não podem ser feitas nos pontos que mutilou, mas no limiar dos igos. E a imprensa, de cônscoras, perante este centésimo capricho e este centésimo, tem de dar ao público artigos em que a suspeita do pensamento é brusca, e mata o seu natural encadeamento.

Se a censura persistir neste redobrar de exigências, não tardará o dia em que se sejam nas nossas cadeiras e nos quebre, em definitivo, a mão entre os dedos.

A Batalha tem sempre provocado os rigores da censura, que varia vez, como o demos comprovar pelos ofícios que nos enviou, nos foi infligido castigos que além de ferirem nos reduzem a perda dos combóios e apanhã, a ficarmos quase sem comunicação com os nossos leitores das províncias.

Ontem foi mais longe no seu rigor: apreendeu a Batalha. Alegou que tinhamos de ficar em branco espaços suprimidos do nosso artigo e, quando, espaços que não iam de meia linha. Fomos aos jornais de ontem — nalguns — encontrámos motivos fortes para a violência da censura e a censura deixou os circulares livremente. As privações, por exemplo, conseguiram sair com uma notícias, a pesar de escariada esteriotipia, aparecer de maneira a poder ser lida pelas pessoas que compraram o jornal.

Que pretende a censura obstante-se sobre a Batalha? — Pode — Façam — por uma com sua relutante espada que não é a do condestável Balo...

PELOS HOSPITAIS CIVIS

situação dos fieis do Económico, por uma errada interpretação, está dependente da vontade e do arbitrio do cónomo

Neste labirinto de artigos e parágrafos de legislação hospitalar o jornalista, por não experimentado que seja, chega a querer dizer: Pelo céu! Ele é.

Queremos referir à situação que actualmente atravessam os funcionários essas repartições hospitalares, classificados como fieis.

Os fieis do Económico são doze. Três primeiros, com 67400 de ordenados; seis segundos, com 61400 e três terceiros com 36000. Para todos os efeitos jurídicos esses funcionários faziam parte do quadro pessoal hospitalar. A ninguém oferecia a possibilidade jurídica destes funcionários que sempre foram considerados fieis.

Assim se explica que, tendo nós passado pelo Económico dos Hospitais, tenhamos agora de vir focar um aspecto desse Económico, que não podia ficar sem a nossa crítica.

Queremos referir à situação que actualmente atravessam os funcionários essas repartições hospitalares, classificados como fieis.

Os fieis do Económico são doze. Três primeiros, com 67400 de ordenados; seis segundos, com 61400 e três terceiros com 36000. Para todos os efeitos jurídicos esses funcionários faziam parte do quadro pessoal hospitalar. A ninguém oferecia a possibilidade jurídica destes funcionários que sempre foram considerados fieis.

E tanto assim é que os referidos fieis sempre contribuíram com a cota de 5% sobre a totalidade dos seus vencimentos para a Caixa de Aposentados.

Porém, há cerca de um ano, o actual director geral tendo vasculhado o Regulamento Geral da Administração, em vigor nos termos do decreto 4728 de 12 de Agosto de 1918, encontrou nele a seguinte disposição no que concerne às atribuições do Económico:

Número dezasseis: — Propor sobre a sua inteira responsabilidade pessoas para desempenharem os cargos de fieis da direcção e depósito geral da fazenda.

Número dezasseis: — Propor a demissão dos mesmos fieis quando por qualquer motivo deixarem de lhe merecer confiança.

Mas — há sempre um mas — no mesmo momento encontra-se preceituado o seguinte:

Art. 210. — Aos actuais fieis da tesouraria e depósito geral da fazenda é rantido o direito nos respectivos lugares, cujas funções continuaram a desempenhar nas condições em que foram nomeados.

Temos depois — e aqui está o labirinto — que se perde o jornalista — o Regulamento disciplinar dos Funcionários Civis que estabelece que a pena de demissão só pode ser imposta com audiência prévia, por escrito, do arguido e exame do processo disciplinar.

Notou também o dr. João Pais de Vasconcelos que dos actuais fieis dois foram nomeados antes da publicação do referido Regulamento e os restantes, embora já exercerem funções nos hospitais, foram nomeados posteriormente à publicação do Regulamento.

É, em face de todo este embrioglio, o director geral resolviu dirigir consulta ao dr. sr. Lusitano da Silva Baltazar Brites, consultor jurídico do Ministério.

O parecer deste jurista é pouco mais ou menos assim concebido:

“O Regulamento Geral de 24 de Dezembro de 1910 determinou, nos n.ºs 16 e 17 do art. 43, que os fieis eram funcionários da confiança do económico, pelos quais se responsabilizava integralmente. Esta circunstância só de per si é suficiente para concluir que tais funcionários não eram vi-

veis.

Aos nossos leitores

Devido à

juizidíssima tiran

nossa nú

mos forçad

a deontem, so

a reproduzir al

os que êsse nú

mero inseri

Em quanto

água falta...

A Companhia

ministério do O

contas pelo exce

água em 1925. O

150 contos

determinou

costume

BERLIM, 30.

moção pela qual,

estragapostou uma

abalo, não serão obri

de expulsão para

estrangeiros que come

O ENSINO RELIGIOSO

Uma revoltante imposição de crença católica aos que não sejam católicos

O meu amigo B., — pobre coração ha longos anos torturado pela fuga da unica filha, levada a professar em convento espanhol — escreve-me irado. Uma curta passagem sintética...

... «Isso pode lá ser! Então a Republica ha-de consentir nas igrejas cursos para meter caraminholas na cabeça das crianças, sobre o indivíduo, a família, a sociedade. Precaremos levá-las a observar o que se passa à sua volta, como se pratica a religião, quais são as suas manifestações e usos de propagação e o que são os seus propagandistas.

Deixemos o Estado com a sua neutralidade e à propaganda religiosa opunhamos a nossa propaganda em sentido contrário: a educação racional.

Não, não creio que o meu amigo pudesse desejar que se repetisse no presente, sob o pendor de *Descer ou morrer*, as hediondas hacentomas que no passado foram elatas por bando de cruz alçada, sibilando suas arremetidas ferozes, palavras do Cristo-rancor, pôr entre a espuma sanguinolenta das fauces arreganhadas pelo ódio mais asqueroso.

O Estado neutro em matéria religiosa não deve impedir as reuniões nos templos para o ensino religioso, como não deve obscurar à prática dos actos do culto dentro dos templos de qualquer seita. É incontestável que cabe o dever de intervir nessas reuniões mas quando tenha razões para suspeitar que elas têm fins estranhos àqueles que justificam a existência desses templos ou que neles se praticam actos que estejam sob a alcada de uma criteriosa polícia de costumes.

Impedilos seria uma restrição da liberdade de reunião, de liberdade de crença, seria o combate à propaganda religiosa, incompatível com a neutralidade do Estado. Por essa liberdade lutamos e não devemos desejar para os outros o que não queremos para nós.

A liberdade do ensino religioso é inata, mas não pode ter tal amplitude que prejudique a liberdade dos não religiosos. Ora fazer o ensino religioso nas escolas primárias, se é liberdade ampla para as crianças cujos pais lhes impõem determinada doutrina religiosa, é um atentado contra a liberdade dasquelas que têm a felicidade de não sofrerem essa cruel imposição e que circunstâncias várias podem obrigar a sentar-se lado a lado nos mesmos bancos escolares.

A permissão do ensino religioso nas escolas aniquila a liberdade de consciência da criança, futuro cidadão, e compromete a do país, ali não é aquela que é a maior?

— Mas devemos então cruzar os braços perante a propaganda religiosa?

De modo algum, mas não se combate a difusão das ideias religiosas por meio de violências. É pela educação. É conveniente os pais do erro criminoso que cometem impeditos a seus filhos desde a mais tenra idade, uma religião. É fazendo-lhes ver que o ensino religioso é incompatível com o ensino científico, que ele não é exclusivamente formalista mas que vinda fundamentalmente da mentalidade das crianças, reduzindo a sua receptividade intelectual, estabelecendo na mente infantil a confusão pelo embate de processos pedagógicos antagónicos,

— E assim perde-se a liberdade de crença.

— Queremos referir à situação que actualmente atravessam os funcionários essas repartições hospitalares, classificados como fieis.

Escusado será dizer que os fieis não aceitaram silenciosos a que os fieis não aceitaram o juízo de interpretação dada pelo

coronel do ministério da justiça.

Os fieis ficaram numa situação precária. Os fieis ficaram numa situação precária. O momento, e sempre os fieis do Económico graça do económico, deviam ser proclamados imediatamente que reverece o direito de disciplinar ou qualquer outra regra equivalente.

— E assim perde-se a liberdade de crença.

— Queremos referir à situação que actualmente atravessam os funcionários essas repartições hospitalares, classificados como fieis.

Assim se explica que, tendo nós passado pelo Económico dos Hospitais, tenhamos agora de vir focar um aspecto desse Económico, que não podia ficar sem a nossa crítica.

Queremos referir à situação que actualmente atravessam os funcionários essas repartições hospitalares, classificados como fieis.

Os fieis do Económico são doze. Três primeiros, com 67400 de ordenados; seis segundos, com 61400 e três terceiros com 36000. Para todos os efeitos jurídicos esses funcionários faziam parte do quadro pessoal hospitalar. A ninguém oferecia a possibilidade jurídica destes funcionários que sempre foram considerados fieis.

E tanto assim é que os referidos fieis sempre contribuíram com a cota de 5% sobre a totalidade dos seus vencimentos para a Caixa de Aposentados.

Porém, há cerca de um ano, o actual director geral tendo vasculhado o Regulamento Geral da Administração, em vigor nos termos do decreto 4728 de 12 de Agosto de 1918, encontrou nele a seguinte disposição no que concerne às atribuições do Económico:

Número dezasseis: — Propor sobre a sua inteira responsabilidade pessoas para desempenharem os cargos de fieis da direcção e depósito geral da fazenda.

Número dezasseis: — Propor a demissão dos mesmos fieis quando por qualquer motivo deixarem de lhe merecer confiança.

Mas — há sempre um mas — no mesmo momento encontra-se preceituado o seguinte:

Art. 210. — Aos actuais fieis da tesouraria e depósito geral da fazenda é rantido o direito nos respectivos lugares, cujas funções continuaram a desempenhar nas condições em que foram nomeados.

Temos depois — e aqui está o labirinto — que se perde o jornalista — o Regulamento disciplinar dos Funcionários Civis que estabelece que a pena de demissão só pode ser imposta com audiência prévia, por escrito, do arguido e exame do processo disciplinar.

Notou também o dr. João Pais de Vasconcelos que dos actuais fieis dois foram nomeados antes da publicação do referido Regulamento e os restantes, embora já exercerem funções nos hospitais, foram nomeados posteriormente à publicação do Regulamento.

É, em face de todo este embrioglio, o director geral resolviu dirigir consulta ao dr. sr. Lusitano da Silva Baltazar Brites, consultor jurídico do Ministério.

O parecer deste jurista é pouco mais ou

menos assim concebido:

“O Regulamento Geral de 24 de Dezembro de 1910 determinou, nos n.ºs 16 e

17 do art. 43, que os fieis eram funcionários

da confiança do económico, pelos quais

se responsabilizava integralmente. Esta

circunstância só de per si é suficiente para

concluir que tais funcionários não eram vi-

veis.

Aos nossos leitores

Devido à

juizidíssima tiran

nossa nú

mos forçad

a deontem, so

volvimento. Todos estes aparelhos são fabricados na Alemanha.

Na Rússia e nos Estados Unidos, os institutos de orientação profissional têm notável desenvolvimento e em todos os outros países, especialmente na Alemanha, onde estão em número de 493. A França está procurando a largas experiências e, em Espanha, existe um estabelecimento modelo na cidade de Barcelona.

O Instituto de Orientação Profissional, em Lisboa, funciona com largos êxitos, há quatro meses, tendo já realizado 1.165 exames clínicos e psicotécnicos.

Não desdenhamos da função e utilidade deste novo estabelecimento educativo. Poderíamos compreendermos que utilidade poderia ter para a educação profissional dos alunos a formatura rigidamente militar, longas horas a pé firme, apenas para servir de guarda de honra a qualquer pretexto. Como nos preocupamos, por nos faltar competência para mais, do sentido humano, deixemos aos pedagogos a explicação do interesse educativo que estas formaturas, porventura, tenham para o desenvolvimento do Instituto e dos seus alunos.

A sessão solene de ontem assistiram muitas pessoas.

Presidiu uma alta individualidade, cuja nome não citamos por serem proibidas as alusões.

Falaram os srs. Lino Gameiro, provedor da Assistência, que fez a história da fundação do novo estabelecimento, e Faria de Vasconcelos, a quem se deve a organização pedagógica, que se referiu largamente à importância que estes institutos têm no estrangeiro.

O protesto popular em Sines contra uma autoridade

SINES, 29.—Há dias que se encontra, em Sines, o tenente que veio fazer uma sindicância dos protestos do povo desta terra contra ação dum homem proposto pelo rei, como tive ocasião de informar.

ao contrário do que se deu aí que aqui veio dar a posse administrador, independente dos interessados, foi hospedado no dr. Clemente Soares

com toda a imparcialidade de encarregar-se da missão de que veio incumbido, ao passo que o seu colega foi hospedado em casa do chefe do núcleo monárquico.

No dia seguinte fez afixar um aviso de que todas as pessoas que quisessem depor ou esclarecer o caso que se tinha passado podiam apresentar-se na administração do Concelho das 9 horas em diante recebendo toda a gente sem exceção. De facto muitas pessoas que se interessam pela tranquilidade desta terra ali foram manifestar o seu descontentamento perante a colocação à frente da administração do concelho de um indivíduo que se incomodou com o povo.

O tenente Rocha deve ter tirado as conclusões de que os protestos do povo de Sines são em todos os pontos de vista justificáveis, e só uma injustiça flagrante e um rancor mal disfarçado contra as tradições liberais dum povo que não quer mais irmanar reacionária e embrutecedora, poderão fazer vingar a farda brutal e despótica, o que é justo nem tolerável.

As provas são esmagadoras, porque a verdade aparece sempre. É certo que alguém aconselha persistência na luta pelo triunfo dos monárquicos — dizendo que quantas vezes se vence mesmo sem razão; o que é preciso é persistência.

Portanto, elas sabem que a razão está ao lado do povo. Os inimigos da liberdade e da paz fazem fervilhar por toda a parte a intriga, para ameaçar e fazer brotar a intranquilidade. — C.

O Fascismo

A simpática revista pedagógica *Educação Social*, pela pena de «Sedolfo», pseudônimo que modestamente encobre uma das mais fulgurantes mentalidades desta terra e dos nossos tempos, publicou na sua secção «Fatos e Documentos» este sujeitosinho que, por se adaptar justamente à situação presente, não resistimos à tentação de reproduzir:

O fascismo e todos os regimes políticos que têm a veleidade de resolver os complexos problemas da vida social hodierna, substituindo as obsoletas e falidas instituições, já impotentes e incongruentes, por outras ainda mais velhas e igualmente falidas, em que a violência autoritária lhes empresta uma aparente e efêmera vitalidade, não pode ser aceito perante a Sociologia e por quem tenha a mais rudimentar educação social.

O «fascismo» e congêneres soluções sociais são uma revivescência do passado, medrado em cérebros simplistas e orgulhosos, que, não raras vezes, mascaram uma profunda ignorância, um grosseiro empirismo incompatível com a índole positiva das soluções científicas; e assim têm a seu favor toda a ambigüidade de analfabetos e de semi-letrados, reacionários, que vários factores convergentes criaram e de que é tipo modelar a linguagem caserneira e violenta que empregam.

E essa atmosfera, alimentada por todas as fórcas do passado, não se perfuma nem se sanctifica com meras «cavadas», à la militare, em que os «bravos» apenas combatem os «fracos», deixando intactos e, até, elogiando incorretamente, esses fundos e profundos factores que contribuem para a existência de um psiquismo retrôgrado, fálico, autoritário, que conduz à aspiração e prática fascista.

A *Educação Social*, embora considere uma ingénua licença a chamada divisão dos poderes constitucionais, condena toda a concentração de poderes. E partidária, por definição, do progresso da liberdade e dignificação social, por meio da substituição dos poderes por uma descentralizada diferenciação de funções, desempenhada por órgãos naturais, especializados e autónomos, dentro da devida solidariedade social, humana.

TEATRO AVENIDA
Telef. N. 4129
A SENSACIONAL PEÇA
Dr. da Mula Ruça

130
Hoje, às 21.30
12

Elos dos afastamentos | A riqueza intelectual

Não se alterou a situação política do país criado com os últimos acontecimentos. Na fragata «D. Fernando» continuam presos os drs. srs. Pestana e Alvaro de Castro e os srs. Helder Ribeiro, Alvaro Pope e Sá Cardoso e os mandados de captura persistem contra o dr. José Domingues dos Santos e capitão Pina de Moraes.

Ligava-se ontem grande importância à reunião do conselho de ministros, pois acentuava-se que nessa reunião seria tratada a situação do funcionalismo público e apresentada a nova lei sobre o exercício da imprensa.

A pesar de ter sido fornecida à imprensa uma nota oficiosa da reunião do conselho de ministros, como noutra lugar publicamos, sabemos que na referida reunião foi apresentada a nova lei da imprensa, que amanhã será publicada.

Com a publicação do novo diploma será extinta a comissão de censura aos jornais, terminando por esse facto o odioso regime da «rolha» à imprensa.

* * *

Devido ao resultado da sindicância feita ao dr. sr. Amâncio de Alpoim como administrador da Caixa Geral dos Depósitos houve desfavorável e o conselho disciplinar do funcionalismo público propôs a pena de dois anos de inactividade ao referido funcionário, informando-nos que todos os demais administradores daquele estabelecimento de crédito serão substituídos em virtude de serem cumulativamente responsáveis pelos actos administrativos ali praticados.

* * *

Foi publicado o seguinte decreto:

«Em nome da Nação o governo da República, para a maior comodidade da execução da lei, determina que a mesma valerá como o seguinte:

Art. 1º — Ao presidente do Ministério compete em quanto não for eleito o presidente da República:

N.º 1 — Nomear os ministros de entre os cidadãos portugueses e demiti-los.

N.º 2 — Publicar regulamentos e instruções.

N.º 3 — Nomear, reintegrar, transferir, aposentar, reformar, demitir ou exonerar os funcionários civis ou militares, na conformidade das leis, ficando sempre ressalvado aos interessados o direito de recurso nos tribunais.

N.º 4 — Representar a Nação e dirigir a política externa da República.

Art. 2º — O presidente de Ministério em quanto não for eleito o presidente da República terá o direito de regularizar as regalias consignadas ao chefe do Estado, percebendo pelo Ministério das Finanças os honorários, despesas de representação e melhores.

Art. 3º — Fica revogada a legislação em contrário.

* * *

O ministro do Interior continua instando com os governadores civis para que lhe enviem a relação dos nomes dos indivíduos que devem compor as comissões administrativas das câmaras municipais.

* * *

O Diário do Governo de ontem publica o decreto, já conhecido, que atribui ao chefe do governo certas prerrogativas de chefe de Estado e os respectivos honorários e melhorias.

* * *

Da estação do Cacem partiu ontem para Viana do Castelo, em comboio especial, uma bateria de artilharia 5, que fazia parte do destacamento da Amadora.

* * *

Aos jornais foi fornecida a seguinte nota oficiosa do conselho de ministros:

«O conselho de ministros reuniu-se hoje no palácio de Belém, para se ocupar principalmente do orçamento geral do Estado, e assinou alguns decretos da pasta do Interior, nomeando governadores civis.»

* * *

O ministro do Interior enviou para o Diário do Governo um diploma, pelo qual são suspensos os «vistos» nos passaportes. Como se sabe, essa formalidade prestava-se a várias alcavadas, já tornadas públicas.

O diploma agora assinado pelo dr. sr. António Claro, embora não acabe com a polícia de emigração, facilita a saída da fronteira sem peias nem dificuldades.

É natural que em breve outros países adoptem a mesma medida, ficando assim reciprocamente interessados.

TEATRO APOLÔ
Telef. N. 4129

HOJE — Repete-se

A SEVERA

Protagonista:

IRENE GOMES

Melhoramentos no Alto do Pina

Promovida pela Comissão Mista de Propaganda e Organização Sindical do Alto do Pina, realiza-se hoje, pelas 21 horas, uma sessão para apreciar a representação a apresentar à Câmara Municipal sobre a modificação das condições de habitação neste área e outros melhoramentos.

Esta sessão tem lugar na sede da Secção da Construção Civil, rua Barão Sabrosa, 81, 1.º andar da palavraria, além de delegados da comissão promotora, representantes da Câmara Sindical do Trabalho, S. U. da Construção Civil e Secções Sindicais Metalúrgica e da Construção Civil do Alto do Pina.

TEATRO AVENIDA
Telef. N. 4129
A SENSACIONAL PEÇA
Dr. da Mula Ruça

130
Hoje, às 21.30
12

Caminhos de Ferro do Estado

O sr. dr. Francisco Romana, chefe de divisão do serviço de sonda da Direcção do Sui e Sueste, foi nomeado para estudar, em Madrid, Paris e Londres os aperfeiçoamentos do material sanitário de caminhos de ferro. É uma comissão gratuita de serviço. Segue ainda esta semana.

A BATALHA

NA MARINHA GRANDE

O escândalo do fornecimento de luz eléctrica como consequência deixar aquela vias escuras

Tínhamos necessariamente que pegar na pena nesta ocasião especialíssima em que depois de uma festarola para inauguração de luz eléctrica, se vê todo voltado à prima forma e tudo como dantes, sem luz, completamente em trevas.

E neste caso de luz, nem uma pepita se rasga para nos indicar o caminho da razão pura.

Quando a imprensa começou a atacar a Câmara da Marinha, os apaniaguados, aqueles que como os cevados não veem senão o espaço estreito da pociça, proclamavam a abundância de bens, e nem se rica internamente, nem poderosa exteriormente, só tem homens. A Educação faz o homem; a indústria a indústria. Se a indústria lhe é vedada à minúcia de matérias primas ou de combustíveis, cria o comércio. Torna-se rico fazendo-o promotor, o dirigente e o distribuidor da riqueza dos outros. O carácter próprio da riqueza intelectual está em que, dando-a aos outros, fica-se com ela toda inteira. Em todos os outros casos, a dália, como a sucessão ou a venda, transfere a propriedade, isto é, aquele que dá deixa de possuir o que dá. Não é assim com a riqueza intelectual. Jamais há interesse em a esconder; há sempre em a espalhar.

Não chega mesmo a ser um sacrifício agradável. Pode ser inteligente, em certos casos extraordinários, dar uma parte da sua propriedade para salvar ou melhorar o resto. Assim o mesmo solo, que na mão de uma poderosa aristocracia territorial mal bastava para nutrir os seus habitantes, dí um excedente de produtos, quando é repartido entre um grande número de proprietários; os senhores russos, que entrejavam como a dália os seus domínios, despojam-na na aparência, mas enriquecem-se na realidade. Quando em 1789 os grandes senhores deram o exemplo de renunciar aos direitos feudais, julgaram ser apenas justos e generosos; foram habeis sem o saber e tornaram a propriedade produtiva, substituindo o privilégio pelo regime do direito. Do mesmo modo que há para os Estados aumentos de fronteiras que são uma diminuição de riqueza, e, para as metrópoles, colônias de tal sorte poderosas que é preferível tê-las por aliadas do que por súbditos, do mesmo modo há também momentos em que a propriedade só pode ganhar em extensão sob a condição de perder em rendimento.

A arte de fazer a propósito um sacrifício deve ser contada entre os meios de enriquecer. Mas é uma arteirice em que não acrescentamos e que só tem por especial particularidade provar-nos que a Câmara, quer recuar, porque tem o clamar autorizado daqueles que ao barafustarem contra os motores apenas queriam defender os sagrados interesses da população marinheira. A Marinha devia terceirizar a operação de compensação atendendo a opinião dum mecânico da Figueira que teve por principal fim colectar a Câmara com 800 escudos de despesa, por um dia de visita.

Isto é obscuro, é simplesmente inconcebível. Que nos diga Morais, com sua voz forte e pausada, se temos ou não razão!

Que barafuste, que nos adjectivos de difamadores agora, quando a dois dias da inauguração Marinha Grande está sem luz, viverá apenas com as bruxuleantes candeeiras, das notas oficiais.

Chegou a nossa hora. E esta apreciação será dura e implacável! A Câmara nunca contava a razão.

Porém, queremos parecer que quando se faz uma inauguração, deve estar tudo acabado, a postos, pronto para funcionar com normalidade. Como está acontecendo na Marinha que já jamais foi observado. Por esse país fora os milhares de motores de «Século» que leram a página de «Século» — que eram os que já haviam sido observados.

Em compensação atendendo a opinião dum mecânico da Figueira que teve por principal fim colectar a Câmara com 800 escudos de despesa, por um dia de visita.

Na Marinha não há luz eléctrica porque um motor com quinze dias de trabalho tem que sofrer certo reparo. Com isto revolta e enoja...

E agora preguntamos: o que pensa fazer a Câmara em face da provável má qualidade das máquinas motoras?

Regeita-as ou manda-as simplesmente consertar?

Pensa substitui-las por máquinas de vapor, segundo a versão que corre?

O que irá fazer? Então, a A. E. G. sempre é o que supunham ex-vereadores?

Enlito Augusto Belchior e aquela Domingos da Silva ainda conseguem a ser os mesmos incompetentes que os motores geradores são dois abortos estafados não são precisas justificações suaves, Prenhes de gentileza e amabilidade.

Hoje o que queremos é pedir responsabilidades a quem astem, a quem contribuiu para que viessem para a Marinha dois motores cansados de duros velhos, enfadados com algumas novas.

Dizem-nos senhores da Câmara: quem tinha razão?

Os senhores que faziam uma defesa rascada cima coisa que desconheciam ou não que chamavam a vossa atenção para aquilo que os mecanicos indicavam? Quem com mais nobreza e lealdade defendia Marinha Grande? Os senhores que acreditavam a A. E. G., pelo com tentáculos poderosos, ou que, desde o primeiro momento, zombaron de dúvida a boa fé da casa instaladora?

Não duvidamos um momento na Justiça dos tempos. Ela haveria de vir em nosso auxílio para dignificar a nossa ação, para abafar e suplantar a miséria de caráter algumas moças de fretes, que tendo o lombo calejado nem com vergastadas fortes se sentem.

O fogo certeiro e matemático que fizemos, pozeram a ribalta camarária em confusão, estabeleceram balbúrdia e como não tinham defesa possível, lançaram mão da arma dos fracaassados: a ameaça do poder judicial.

Mas tudo isso era uma estafada ária indigna de ser escutada. Impunha-se o ataque cerrado.

Fizemo-lo.

E agora, varonis, enquanto ela nos olha assustada, façam um pouco de humorismo para demonstrar o valor da almiraria bravaria, fogosa e possante, com quem ajustas contas neste momento:

A Câmara abriu concurso para a instalação da luz eléctrica.

Várias casas de Lisboa concorreram ao concurso e todas elas tinham desejos de o ganhar.

A BATALHA

"Prefiro as borrascas da
à calma da escravidão".

O irredentismo de Tacna e Arica é um negócio do capitalismo americano

Diversas vezes o público tem sentido a sua imaginação ferida por estas duas palavras que são já uma expressão da política internacional — *Tacna e Arica*. E aquele conflito de soberania, com aspectos bélicos, que se tem vindo a debater lá, longe, nessa América meridional que para quase todos os europeus tem encantos misteriosos.

O litígio data de quarenta anos. Após a guerra entre o Chile e o Peru, que decorreu desde 1879 até 1883, o Peru cedeu ao inimigo, por dez anos, as províncias de Tacna e Arica. Decorridos os dez anos da cláusula, um plebiscito deveria fixar o destino dos territórios em litígio.

Porém, o plebiscito não se realizou ao final do prazo acordado. Os chilenos haviam preparado a posse definitiva dos territórios, fazendo-lhes largas obras de irrigação agrícola e construindo duas grandes linhas férreas. Assim, foram absorvendo o elemento pernício.

Quarenta anos deste regime permitiram ao Chile assegurar-se confiante do triunfo do plebiscito. O Peru, porém, ripostou que o tratado não fora cumprido, pois o plebiscito não se fizera na devida data, e Tacna e Arica deveriam ser-lhe entregues sem mais consulta.

Como os dois países não chegavam a acordo, submeteram a questão à arbitragem da república dos Estados Unidos, cujo presidente, o sr. Coolidge, prescreveu a realização do plebiscito.

Uma comissão formada por um delegado chileno e outro peruano e um representante norte-americano, que foram, primeiramente, o general Pershing — que comandou as tropas americanas em França, na guerra europeia — e, depois, o major Lanster, recebeu a missão de fixar as condições do plebiscito.

As dificuldades, porém, têm sido impedivas. O representante americano começou exigindo que o Chile reduzisse os seus efectivos militares de ocupação nas províncias contestadas. O delegado chileno retorcou que nesta pretensão se procurava favorecer o Peru. E em volta desta divergência decorreram longas conversações, intercaladas de ameaças, sem que uma intervenção do presidente Coolidge tivesse qualquer efeito, porquanto, ambos os contendores acusavam os Estados Unidos de parcialidade na arbitragem.

Até que o Chile se decidiu a reocupar militarmente as duas províncias em litígio. As tropas que tinham sido retiradas por ordem da comissão do plebiscito voltaram aos seus pontos de ocupação e o próprio edifício onde se reunia a comissão plebiscitária foi tomado por um regimento.

Para que se demonstre que no litígio de Tacna e Árica apenas se encontram em causa os interesses dos capitalistas, bastará dizer-se que os Estados Unidos mostram preferência pelo Chile porque as exportações americanas para este país excedem sete milhões de "dólares" as exportações para o Peru. Porém, o subsolo peruano é muito mais rico que o chileno, havendo nele importantes jazigos de petróleo. Qualquer decisão do pleito beneficiaria com enormes lucros o capitalismo norte-americano, mas favorecer o mais poderoso não deixa de ser boa política.

Estas duas repúblicas, o Peru e o Chile, parecem predestinadas ao sucesso das operetas com o seu irredentismo que fala a mesma língua e não difere de costumes.

A boadoutrina

Educação moral da enfermeira

Arquivo do Enfermeiro, a notável revista profissional dos enfermeiros portugueses, publica no seu último número um interessantíssimo artigo com o título supra, que não resistimos à tentação de transcrever.

No referido artigo a sua autora, uma das mais distintas enfermeiras dos nossos hospitais que se oculta sob o pseudônimo *Venitius*, traça, com admirável brilho, o papel que está reservado à nossa enfermeira dentro da sua artística função.

E um artigo digno de figurar nas colunas da *Batalha* e para o qual chamamos a atenção dos nossos presos leitores:

A arte de tratar os doentes carinhosa e intelligentemente é um dos maiores bodes da mulher.

Não basta ter um diploma, é preciso saber engrandecer e dignificar a missão que a Sociedade nos encarrega, e assim nos elevaremos aos olhos de todos e dos mestres; não é necessário possuir-se diferentes cursos superiores, o que se torna imperioso é que a mulher possa aliar os dotes morais para o bom desempenho da sua nobre missão.

E assim consciência dos seus deveres e compenetado do papel a desempenhar ela possa fazer realçar com a sua competência moral o brilho a que a sua profissão tem júts, pelo respeito e veneração que a mulher deve ter no desempenho de tão ingrata missão.

E' preciso resurgir!! Imperioso se torna que a enfermeira portuguesa levante a sua profissão ao nível da enfermeira inglesa.

E' necessário que se encare bem este difícil problema da educação moral da enfermeira, dentro e fora dos hospitais.

Aprendemos a obedecer para sermos obedecidas, aprendemos a respeitar para sermos respeitadas.

Faz-se um recrutamento rigoroso na mulher que ha-de ser a enfermeira.

Não basta a simples folha corrida, muitas vezes passada por dô, investigue-se quais as suas condições morais, a conveniência a educação recebida no lar, o seu passado.

A SENSACIONAL escolha, assim

A REACÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Os haveres dos trabalhadores foram deviados quando a sua casa estava selada pelas autoridades

LOURENCO MARQUES, 8 de Junho — Depois da enorme opressão a que foram sujeitos os trabalhadores dessa terra começaram as concessões, em pequena escala, que por enquanto se cifram na entrega da Casa dos Trabalhadores e a permissão para as classes operárias reuniarem e tratar dos seus legítimos interesses.

A pesar de ter sido a polícia que tomou conta da Casa dos Trabalhadores e, por seu turno, a ter entregue à tropa, não deixou por isso de ser fortemente roubada, pois desapareceram muitos objectos que a própria havia inventariado.

Reiniram-se antecontem, nas salas respectivas, a Associação do Pessoal do Porto e Caminhos de Ferro, Construção Civil, comissão da Casa dos Trabalhadores e accionistas de *O Emancipador*. Das deliberações tomadas muito há a esperar, visto que todos se encontram com vontade de trabalhar no sentido de dar impulso à organisação.

Pela Associação do P. P. e C. F. L. M. foram enviados telegramas para o ministro das Colónias, general Massano de Amorim, Confederação Geral do Trabalho, Federação Ferroviária de Portugal, *A Batalha* e organizações operárias sul-africanas.

Também foram saudados os presos de Moçambique, sendo louvadas todas as entidades que prestaram todo o seu auxílio durante o império da força que ameaçou esmagar tudo e todos.

Consta que a Reorganização dos Serviços Ferroviários, obra que motivou muita desgraça, foi rejeitada pelo Conselho Colonial. Oxalá seja verdadeira a informação.

Os guindastes do pôrto não têm funcionado regularmente por causa da falta de pessoal competente. Preferem-se que os antigos maquinistas continuem arrastando uma vida de privações por não terem onde empregar a sua actividade.

Em minha correspondência anterior disse que havia necessidade de se fazer a substituição dum meia dúzia de funcionários, cuja permanência aqui se torna prejudicial à administração da província. Pois a-pesar-das acusações públicas que se lhes têm feito, tais senhores continuam por cá e até procuram mandar prender os acusados.

Isto só prova que a sua moral está abaixo de zero. Ainda não apareceu nenhum que tivesse a coragem de pedir uma sindicância aos seus actos. Para melhor assegurar os altos cargos que esses indivíduos ocupam organizou-se um grupo denominado *Acção Nacional*, que apoia todos os governos. Assim, ontém apoiava os democráticos e hoje está incondicionalmente a lado da nova situação política, que nos parece não ser ainda clara. Este grupo tem convicções nem ideias e a população quase o não conhece, mas ele para dar ar de organizismo importante vai enviando telegramas para a metrópole fazendo ver que é a única força em que podem confiar os governantes do Terreiro do Paço. Da mesma forma que a imprensa costuma avisar os incutuks das manobras dos vigaristas, cumpro o meu dever avisando Lisboa que a célebre *Acção Nacional* nada é e nada representa.

Deve sair este mês o órgão dos trabalhadores que começará a desvendar os planos dum quadrilhão que tudo tem feito para dominar esta terra.

Em Moçambique foram postos em liberdade os camaradas Manuel Joaquim da Silva, Nuno Pedro e Zwinglio Peres da Luz, que para ali tinham sido deportados. Vai-se tratar de reclamar o seu regresso a Lourenço Marques, de onde nunca deviam ter saído.

Depois das torturas levadas a efeito no Comissariado de Polícia surgiram novas torturas a-pesar-dos presos sociais estarem entregues em Juizó.

Quem se queixe de estar doente é violentamente arrastado para o segredo, fazendo-se salientar nessas perseguições uma pessoa que diz ser parente do comissário de polícia assassinado.

Contra esta desumanidade, apresentamos o nosso protesto e solicitamos a interenção da Organização, pedindo ai ao sr. Ministro da Justiça que telegraficamente põe em dia a tal represália visto que não há aqui autoridade de quem se possa reclamar contra tais desumanidades.

Os presos continuam a ser visitados só-

dos infelizes que o Destino coloca diariamente no nosso caminho, e poderão os enfermos estar bem, senão melhor que em suas próprias casas, pois devem poder contar com a proficiencia, dedicação e desinteresse do pessoal de enfermagem.

E assim a enfermeira exercerá a sua profissão com mais prazer, porque verá chegar o dia em que pode triunfar do servilismo em que a falta de educação moral a colocou.

Que todas as enfermeiras se possam impor pelas suas qualidades morais. E assim os clínicos terão nelas os melhores auxiliares em que possam depositar toda a confiança profissional.

Não queremos dizer que a dentro dos Hospitais não haja já hoje a quem preste as minhas homenagens, mas é preciso educar e preparar as futuras.

E então veremos coroado de êxito os nossos esforços.

Trabalhar para o engrandecimento da enfermeira, deverá ser as justas aspirações da classe, mas é preciso coesão e sem elas não se conseguirá — a solução desejada para resolver tão delicado problema.

E' preciso resurgir!! Imperioso se torna que a enfermeira portuguesa levante a sua profissão ao nível da enfermeira inglesa.

E' necessário que se encare bem este difícil problema da educação moral da enfermeira, dentro e fora dos hospitais.

Aprendemos a obedecer para sermos obedecidas, aprendemos a respeitar para sermos respeitadas.

Faz-se um recrutamento rigoroso na mu-

lher que ha-de ser a enfermeira.

Não basta a simples folha corrida, muitas vezes passada por dô, investigue-se quais as suas condições morais, a conveniência a educação recebida no lar, o seu passado.

A SENSACIONAL escolha, assim

Comité pró-presos por questões sociais

Dinheiro recebido ultimamente pelo Co-

mité Pintores das obras do Manicómio, 93\$50; quente tirada no comício do Parque Eduardo VII em 9 do corrente, 172\$15; F. M. F., 2\$53; A. Botelho, 2\$00; J. Maria, 5\$00; carpinteiros do Manicómio, 110\$00; Alberto Dias, 5\$00; cotização da Associação do Pessoal do Depósito Central de Fardamentos, 10 meses, 40\$00; quente tirada num benefício em Aldeagale, 55\$00; carpinteiros do Manicómio, 100\$00; Sindicato do Pessoal de Câmaras (lista n.º 109), 22\$50; entregue pela administração de *A Batalha*, 400\$00; quente tirada na Casa da Moeda, 13\$50; Associação dos Manufactores de Tecidos de Gouveia, 10\$50.

O Comité pede a todos os organismos e camadas que tenham importâncias em seu poder que se destinem aos presos, para as enviar a este comité com toda a urgência, devido ao mesmo não ter receita para manter os subsistidos.

— Reúne, amanhã, pelas 21 horas, o Comité para apreciar a sua situação financeira.

Erros e perigos do terrorismo

Outra fonte de erros e de culpas gravíssimas tem sido o modo como muitos interpretaram a teoria da violência.

A sociedade actual mantém-se com a violência das armas. Nunca classe oprimida alguma conseguiu emancipar-se sem recorrer à força; nunca as classes privilegiadas renunciaram a uma parte, mínima embora, dos seus privilégios, senão pela força, ou por meio de uma revolução.

As instituições sociais presentes são tais que se torna impossível transformá-las por meio de reformas graduais e pacíficas, e impõe-se a necessidade duma revolução violenta que, violando, destruindo a legalidade, funde uma sociedade sobre novas bases. A obstinação, a brutalidade com que a burguesia responde a anôndios pedidos do proletariado, demonstram a fatalidade da revolução violenta. E', pois, lógico e necessário que os socialistas, e especialmente os anarquistas, sejam um partido revolucionário e preverem a introdução do novo regime.

Mas, desgraçadamente, há nos homens uma tendência a confundir o fim com os meios; e a violência, que para nós é e deve continuar a ser uma dura necessidade, converteu-se para muitos em fim único da luta. A história está cheia de exemplos de homens que, tendo começado a lutar por um fim elevado, perderam no calor da refrega todo o domínio sobre si mesmos, e perdendo de vista o fim almejado, se transformaram em feras carniceiros. E, como os demonstram factos recentes, muitos anarquistas não escaparam a este terrível perigo da luta violenta. Irritados com as perseguições, enlouquecidos com os exemplos de ceguice e ferocidade que a burguesia dá diariamente, começaram a imitar o exemplo dos burgueses, e o espírito de amor foi suplantado pelo de vingança, pelo de ódio. E, como os burgeses, chamaram justiça ao ódio e à vingança. Depois, para justificar os seus actos, que podiam entretanto explicar-se como efeitos das horríveis condições do proletariado e servir como uma razão mais para invocar a destruição de uma ordem de coisas que produzem tão tristes resultados, alguns começaram a formular a mais estranha, a mais fanática, a mais autoritária das teorias, e sem reparar na contradição, apresentaram-na como um novíssimo progresso da ideia anarquista. Eles, que aliás dizem a mesma acção exercida contra a justiça, a paz e a liberdade, e que é de dez horas e depois contra a das obreiros, a pesar de todas as suas habes, do seu cinismo e da sua cruel burguesia "yankee" não conseguem marchar dos trabalhadores para trás, e o entusiasmo com que estão lutando pela introdução do novo regime.

— A introdução do novo regime de trabalho convence-nos que é de fato conquistado pela sua ação, mas essa regalia.

— SOLIDARIEDADE

Os operários norte-americanos reivindicam a semana de 40 horas

Uma demonstração gigantesca realizada recentemente em Nova York reclamou

recentemente a semana de 40 horas para todos os operários industriais. A demonstração foi organizada pelo «comité» dos peleiros que estavam em greve havia então três meses, reclamando para a sua indústria a semana de trabalho de 40 horas. Dúzias de telegramas de todas as organizações operárias e federações de Estado e centrais locais foram lidos nesse comício. Este foi presidido pelo secretário da Central Trade Labour Council, de Nova York, tendo apreendido uma circular da C. O. T. sendo, depois de alguma discussão, aprovado que era necessário que os peleiros não fossem para a greve, nem para a comissão de melhoramentos.

— Simplicidade Unica dos Foguetes — A porreiro participa a todos os camaradasponentes desse sindicato que em assembleia geral realizada ontem foi aprovado que o delegado efectivo do sindicato o camarada Júlio Mendes da Silva. Egualmente participa que todos os camaradas que desejam passar de categoria, o requeiram à

— Simplicidade Unico Metalúrgico. — Reunião ontem em assembleia geral, tendo apreendido uma circular da C. O. T. sendo, depois de alguma discussão, aprovado que era necessário que os peleiros não fossem para a greve, nem para a comissão de melhoramentos.

— A Federação Americana do Trabalho realizou por várias vezes acabar com os peleiros mas não conseguiram, e o resultado é que os camaradas da Comissão da Biblioteca Pública, que era a única comissão que realizou a greve, conseguiram a aprovação da mesma.

— A Federação Americana do Trabalho, que é a que mais tarde realizou a greve, conseguiu a aprovação da mesma.

— A Comissão Escolar — Comissão Escolar — VENEM-SE HOJE

— Federado da Construção Civil — Pa-

— assuntos de inadiável resolução, impre-

— sivelmente, pelas 21 horas, o Conselho

— VAI A U. da Construção Civil — Conselho

— ecções — Pelas 20 horas, para tratar da

— de trabalho e nomear uma comissão

— para seguir as demarches já iniciadas, sen-

— gue necessária a comparecência de todos os

— grande

— por do Jornal e Similares — O secre-

— tário do P. P. de Lisboa — Pelas 15 horas,

— a comissão de melhoramentos.

— Manipuladores de Pão — Pelas 21 ho-

— ras, a comissão administrativa, a fim de

— tratar de assuntos de inadiável resolu